

# Só com medidas drásticas se resolverão os problemas

Dom. 2/3/86

por Jorge Morais



Vista parcial aérea da cidade da Beira

## Não há material de construção ... nem nacional nem importado

O 5.º Conselho Coordenador da Direcção Provincial da Construção e Águas concluiu que houve um decréscimo na construção e montagem, no período de 83/85, em cerca de 20,3%, em termos de cumprimento do plano. Conforme foi revelado na ocasião, este decréscimo deveu-se essencialmente à falta de materiais de construção, tanto produzidos localmente, como importados, carência de força de trabalho, deficiente funcionamento do equipamento e falta de meios de produção e de quadros especializados.

Tendo em conta aquilo que foram as actividades do Sector da Construção e Águas em 1984 e 1985, constatou-se também a fuga acentuada de trabalhadores das diversas empresas sob tutela da DPCA, facto que em parte também contribuiu para o decréscimo no cumprimento dos planos que haviam sido fixados.

Dados apurados pela nossa Reportagem durante os debates, permitiram saber que tais fugas — que, por sinal, não foram cometidas somente por trabalhadores não qualificados, como também por quadros especializados — teriam sido motivadas por várias causas,

apontando-se entre elas questões salariais, falta de condições de trabalho, e outros, como tentativa de se escaparem do Serviço Militar Obrigatório.

Um representante da Direcção Provincial do Trabalho em Sofala, que também estava presente na reunião, foi convidado a esclarecer alguns aspectos ligados à problemática do abandono de serviço. Ele disse ser verdade que as principais causas que têm originado este problema, têm sido fundamentalmente questões salariais. Segundo a justificação de alguns trabalhadores envolvidos em casos deste género, o actual leque salarial não está em conformidade com o actual custo de vida, que subiu a dobrar.

Das discussões levantadas entre os participantes ainda em relação ao mesmo ponto, observou-se que maior parte das empresas da Construção e Águas que sofrem fugas de trabalhadores, são aquelas que ainda não começaram a beneficiar de salários preferenciais, de acordo com as medidas do Conselho de Ministros, de 11 de Maio de 1985, sobre os salários e força de trabalho.

Algumas empresas na cidade da

Beira já funcionam com base nesta Lei. Todavia, a Direcção Provincial do Trabalho não tem formas de controlar os salários preferenciais, para além da que neste momento não existe uma disposição legal que regule estes casos. Perante este problema, o 5.º Conselho Coordenador decidiu fazer chegar a questão ao Governo Provincial, uma vez que a Direcção Provincial do Trabalho já tomou conhecimento.

### DIVIDAS

Outro aspecto que mereceu profundos debates e acesas discussões, foi a problemática das dividas contraídas a diversas empresas de construção deste sector, por entidades estatais e que ainda não foram liquidadas.

Este problema, que já se arrasta desde há muitos anos, está a trazer consequências graves às empresas, algumas das quais já se vêem com dificuldades para a concretização dos seus planos internos, quer em benefício dos trabalhadores, quer no pagamento ou compra de acessórios para o respectivo material circulante.

A título de exemplo, falou-se da Construtora Integral da Sofala

(CIS), a quem é devida uma quantia em dinheiro calculada em cerca de 96 mil contos, resultado de obras que efectuou, e da Empresa de Construções de Obras de Grande Engenharia (CETA), que espera a liquidação de uma dívida a seu favor num valor igual ou mesmo superior ao da CIS.

Para a resolução deste problema, os participantes acharam ser necessária a introdução de um novo sistema de trabalho, que poderá vir a ser aprovado e constituir Lei.

Assim, futuramente, as empresas de construção não aceitarão a realização de qualquer obra sem que primeiro se apresente um projecto de construção, medição da área e respectivo cálculo de orçamento, assinatura do contrato e um pagamento adiantado de cerca de 20 a 30% do valor global do trabalho.

Obras que presentemente estejam em curso poderão ser paralisadas, voltando a ser retomadas depois do respectivo pagamento. A violação deste princípio, conforme a proposta das estruturas da Construção e Águas, dará o direito à empresa lesada de levantar um processo para posterior julgamento no Tribunal.

têm que gastar elevadas somas de dinheiro com carros de aluguer por as suas viaturas não funcionarem; enfim, é todo um sector que, como os restantes em todo o País, enfrenta graves problemas, cuja resolução depende não só desse sector, como também de outros. O Conselho Coordenador discutiu todos estes problemas e propôs em alguns casos soluções que, a não ficarem esquecidas nas gavetas, poderão contribuir para a minimização dos problemas que agora se vivem. Este Conselho constatou que a solução dos problemas do sector passa pela adopção de medidas drásticas, que poderão, inclusivamente, abranger a paralisação de obras em construção, para obrigar os clientes a pagarem o que devem. Concluiu que deverão ser tomadas medidas que poderão incluir o corte do fornecimento de água aos devedores, sejam eles individuais ou colectivos, privados ou estatais. É sobre alguns desses problemas que os textos que se seguem falam.



A quem compete pagar a exploração da rede de saneamento?

## Trabalhador sem condições

Responsáveis ligados às empresas tuteladas pela Direcção Provincial de Construção e Águas em Sofala, propuseram recentemente a melhoria das condições de serviço dos trabalhadores do Sector de Saneamento e de Abastecimento de Água à Cidade da Beira e ao Distrito do Dondo. A proposta surgiu após terem reconhecido que os trabalhadores dos referidos sectores estão a funcionar em péssimas condições, com a falta de máscaras de protecção, botas, luvas, e o sabão a que também deviam ter direito para se lavarem no fim de cada desobstrução de fossa.

Esta questão, por sinal, não é pela primeira vez que aparece nas páginas dos relatórios da empresa Águas da Beira. O Director Provincial da Construção e Águas em Sofala, Adelino Ribeiro, recordou no decurso do 5.º Conselho Coordenador do sector, que a problemática tem merecido análises profundas em todas as reuniões do sector, mas que «ainda está por ser resolvida».

No 5.º Conselho Coordenador a problemática da falta de condições de trabalho para os trabalhadores do Saneamento voltou a ser discutida, tendo-se definido que a estrutura a quem compete resolver o assunto seria mais uma vez pressionada para a resolução do caso.

Efectivamente, este estado de coisas está a causar simultaneamente dois graves problemas que se traduzem no abandono constante do serviço pelos trabalhadores, e na saúde dos mesmos, que pouco a pouco se vai arruinando, uma vez que o uso de desinfetantes e desintoxicantes já deixou de ser prática.

O director Adelino Ribeiro disse que em condições normais de funcionamento, as estações elevatórias e postos de bombagem necessitam de 55 trabalhadores, distribuídos por vários turnos. Infelizmente, adianta, neste momento só estão lá 18 e os restantes foram-se embora, devido a este problema.

### TRABALHAR DE GRAÇA

Durante a reunião do 5.º Conselho Coordenador da DPCA, o director Adelino Ribeiro tornou pública uma informação segundo a qual a empresa de água e saneamento da cidade da Beira, até hoje ainda não recebeu sequer um metical pela exploração dos esgotos. Isto desde há dois anos.

O problema que actualmente se põe, é: — A quem compete pagar a exploração da rede de saneamento: às estruturas provinciais, ou centrais?

Conforme está definido quanto

ao pagamento da exploração da rede de saneamento, a Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), deve subtrair anualmente 2,5% da cobrança das rendas de casa para pagar esta exploração pelos seus inquilinos.

Para as pessoas que não sejam inquilinos da APIE, pagariam directamente à empresa de água e saneamento.

Porém, já passam 24 meses sem que a APIE entregue o valor da cobrança da exploração da rede de saneamento. A dívida está calculada em cerca de 12 mil contos.

Como diria o director Adelino Ribeiro, o abastecimento de água e o correcto funcionamento da rede de saneamento foram definidos pelo Governo Provincial de Sofala como sendo sectores importantes e prioritários. E, de facto, é aborrecido trabalhar-se sem remuneração por aquilo que se faz.

Mais de 50 mil contos são igualmente devidos à empresa de água e saneamento, desta vez resultado do não pagamento do consumo de água canalizada, por empresas e algumas pessoas singulares. Há informações de que a APIE prometeu reembolsar em três prestações uma parte do dinheiro que deve — cerca de seis mil contos — ainda este ano.



Houve desenvolvimento e melhoria na assistência técnica às bombas da HIDROMOC

## Uns esbanjam e outros não pagam

Um total de 425 mil metros cúbicos de água são gastos mensalmente no distrito do Dondo e na cidade da Beira, sem o respectivo pagamento. Este cálculo foi feito após se concluir que a produção mensal de água é de 850 000 m³, e o valor, em dinheiro facturado, corresponde a metade dessa produção.

Em 1983, 84 e 85, foram produzidos 5 600 000, 5 600 000 e 5 708 000 metros cúbicos de água, sabendo-se que o valor real facturado, segundo a mesma ordem, foi de 4 895 000, 4 836 184 e 4 225 812 m³, respectivamente.

Com a entrada em funcionamento dos sete quilómetros da nova conduta audutora, de Mezimbe até Dondo, em Dezembro do ano passado, esperase uma melhoria no abastecimento de água na ordem dos 15 por cento.

Os cortes de energia verificados (cerca de 656 horas em 1985), causaram um prejuízo estimado em cerca de 736 720 m³ de água bombada.

Um técnico ligado ao sector disse a propósito desta questão que a empresa atravessa hoje grave situação financeira pelo facto de empresas e pessoas singulares faltarem ao pagamento do consumo de água.

O director Adelino Ribeiro considerou que as pessoas estão a «esbanjar» a água principalmente nos jardins e fontanários. Afirmou existir um grande problema em relação à água consumida nesses locais, pelo facto de não ser facturada.

Acrescentou que maior parte das pessoas que utiliza água dos jardins são as que normalmente sofrem cortes de fornecimento nas suas casas por falta de pagamento.

A empresa de Águas da Beira funciona com uma norma para disciplinar os consumidores. Esta norma que determina o corte imediato no fornecimento de água a determinado consumidor por falta de pagamento, não está a ser implementada como devia ser.

Por vezes deixamos-nos enfiar e não fazemos cumprir o contrato que assinámos com os nossos clientes e consumidores — afirmou Adelino Ribeiro a propósito das dividas resultantes da falta de pagamento de água. Disse ainda que, em parte, isto é originado pela irresponsabilidade das próprias pessoas que pura e simplesmente deixam de o fazer.

A semelhança do que poderá ficar determinado em relações aos devedores das empresas de construção e montagem, o corte do fornecimento de água aos devedores, também poderá vir a fazer-se com mais rigorosidade, com probabilidades de serem aplicadas sanções aos infractores.

Em relação à água usada nos jardins, o Conselho Executivo poderá ser responsabilizado pelo seu pagamento, porque geralmente quem a usa para regar jardins e flores é ele (o Conselho Executivo).

### HOUE MELHORIA MAS TAMBÉM DIFICULDADES

Entretanto um relatório do sector apresentado durante a reunião do 5.º Conselho Coordenador, dizia que a integração dos serviços de saneamento na Empresa Águas da Beira, foi a principal actividade desenvolvida no cumprimento das directivas centrais.

O documento refere-se também ao estado precário em que se encontra a frota de viaturas, o que tem originado ineficiência das actividades da empresa, acrescida de gastos avultados em aluguer de meios de transporte.

Concluiu-se ainda que no biénio 84/85, houve desenvolvimento e melhoria no abastecimento de água. Beira/Dondo e nos bairros de Macurango, Macuti e Matakene, bem como da assistência técnica às bombas eléctricas pela HIDROMOC.

Mas também durante o mesmo período, o sector debateu-se com problemas de más condições técnicas do equipamento de captação de água, fraco abastecimento e carência da força de trabalho.



Entre os ocupantes destas casas, quantos serão os que pagam o consumo de água?